



Subir Lall, novo representante do FMI, não sabe o que Selassie negociou com o governo

Troika. Parceiros saem de mãos a abanar e programa é para cumprir

Foi um diálogo de surdos. Lall, do FMI, não sabe o que o antecessor negociou com o governo e Berrigan mantém a posição da Comissão

MARGARIDA BON DE SOUSA
margarida.bondesousa@online.pt

O encontro de ontem entre a troika e os parceiros sociais foi mais o cumprimento de uma obrigação e um ritual do que uma troca aberta de posições entre os dois lados. Para já ficou claro que o representante da Comissão Europeia, o irlandês John Berrigan, reiterou por diversas vezes a necessidade de Portugal prosseguir com o programa negociado com os credores internacionais, não dando qualquer sinal de flexibilização nem ao nível do défice nem ao nível do corte na despesa pública.

Já o indiano Subir Lall, a nova cara do Fundo Monetário Internacional, foi mais lacónico, limi-

tando-se a dizer que esta é a sua primeira visita a Portugal e a sua primeira missão na troika, pelo que qualquer pergunta sobre uma eventual nova proposta que tenha sido feita pelo governo português deve ser colocada ao seu antecessor. O presidente da CIP, António Saraiya, chegou mesmo a apelidar esta atitude de "desresponsabilização".

Em termos gerais, todos os parceiros falaram dos fracos sinais de retoma da economia, da necessidade de o mercado interno começar a crescer e do fenómeno do desemprego. A resposta do lado de lá até foi simpática – reconhecimento dos sacrifícios que os portugueses têm feito e o papel desempenhado pela con-

certação na minimização do impacto social de algumas medidas já aprovadas – mas os sinais mantiveram-se sombrios.

Aparentemente, vai ser difícil para o governo conseguir uma nova flexibilização do défice dos 4% para os 4,5% e escapar aos corte de 4,7 mil milhões de euros na despesa pública.

SEGUNDO RESGATE Uma nota de research do Citi Bank divulgada ontem defende que Portugal continua a estar numa situação muito mais frágil do que a Irlanda e poderá precisar de um segundo resgate em meados de 2014.

"Consideramos a posição de Portugal muito mais fraca do que a da Irlanda, dado o estado



JOSÉ SINA GOULÃO/LUSA

menos desenvolvido das reformas estruturais, a contracção do PIB, o elevado rácio de dívida pública sobre o PIB e uma situação política mais incerta", lê-se na nota do banco, que questiona também a capacidade do país regressar aos mercados na data prevista. "Duvidamos que Portugal seja capaz de regressar plenamente aos mercados nos próximos meses, pelo que consideramos ser necessário um programa de assistência financeira mais abrangente a partir de meados de 2014", refere a nota.

PROGRAMA CAUTELAR A posição do Citi contraria a de Paulo Portas. Na segunda, dia do início da oitava e nona avaliações da troika, o vice-primeiro-ministro reiterou que uma avaliação positiva da troika ao programa não significa o fim das obrigações para com os credores internacionais, mas traduz-se no fim do programa de assistência económica e financeira e o fim "do tempo do protectorado".

Nessa altura, Paulo Portas voltou a realçar que existe uma grande diferença entre um programa cautelar e um segundo resgate, lembrando que a Grécia está neste último caso e a Irlanda no primeiro.